

* 4 MAR 1992

JORNAL DE BRASÍLIA

Congresso
Um ano muito curto

Este ano será duplamente curto no que diz respeito à atividade parlamentar. 1992 começa mais tarde — na verdade, só agora na segunda semana de março, por causa do Carnaval — e acaba bem mais cedo: no final de junho, porque se espera um escasso comparecimento dos parlamentares no segundo semestre, quando estarão em disputa as prefeituras de todo o País. Não virão a Brasília tanto os deputados e senadores que disputam cargos quanto os demais, que se empenham para fazer os prefeitos das regiões onde são votados.

No entanto, é razoável dizer que a pauta que espera os congressistas em 1992 é das mais importantes dos últimos anos, porque tem projetos que alteram em profundidade temas de grande interesse. O que se teme é que a barganha entre projetos menores — sejam eles de interesse do Governo ou dos partidos de oposição — comprometa todo o processo. Há incontáveis mudanças no campo da política e da economia que não podem mais ser postergadas.

A questão que primeiro deve tomar a atenção dos parlamentares é a do pagamento do reajuste aos aposentados, novela que se vem desenrolando, sem solução, desde o ano passado. À medida que passa o tempo, percebem-se novas nuances na crise da Previdência. Descobriu-se, por exemplo, que a União paga aposentadorias milionárias, enquanto os inativos do setor privado recebem quantias irrisórias. De outro lado, o Governo precisa fazer um levantamento profundo de milhões de aposentadorias rurais ou concedidas por invalidez, já que há suspeita de que

um grande número delas foi obtido através de fraude. A prisão de dirigentes do INSS insere a Justiça na questão, porque os advogados da Previdência exigem o mesmo rigor — cadeia — contra os milhares de devedores inadimplentes do sistema.

No campo econômico, destaca-se a discussão, que deve ser muito acirrada, sobre a abertura do monopólio estatal do petróleo e da energia elétrica, bem como a permissão para empresas estrangeiras atuarem no setor de mineração. Bem mais tranquila deve ser a aprovação de um novo conceito de empresa nacional, item constitucional que obrigatoriamente terá de ser revisto por causa do Mercosul.

Tendo em vista a péssima distribuição da riqueza no Brasil — onde há uns poucos ricos muito ricos e milhões de pessoas vivendo no limite da miséria —, a oposição quer criar um imposto sobre as fortunas. Para especialistas em tributação, este imposto é irregular. De toda forma, os parlamentares têm que se dedicar à questão da divisão da riqueza brasileira, comprovadamente uma das mais iníquas do mundo.

Como se vê, por esta amostragem, há muito trabalho urgente para os legisladores. Os presidentes das duas casas do Parlamento já anunciaram que vão se empenhar na arregimentação de seus pares. Mas o certo é que o País não pode parar por causa de eleições municipais. Para que a discussão dos problemas nacionais não seja retardada ainda mais é necessário pensar até mesmo no licenciamento dos parlamentares que sabidamente não virão a Brasília no segundo semestre.